

Keynes

e os Pós-Keynesianos

CAP. DEMONSTRA

CAP. DE AMOSTRA

PARTE I

FUNDAMENTOS

CAPÍTULO 1

Keynes, os Keynesianos e os Pós-Keynesianos

CAPÍTULO 2

A Caminho da Revolução Keynesiana:
Algumas Considerações Metodológicas

CAPÍTULO 3

Fundamentos da Teoria Econômica Pós-Keynesiana:
O Conceito de Economia Monetária

CAPÍTULO 4

Probabilidade, Incerteza e Expectativas

CAP. DE AMOSTRA

CAPÍTULO 1

KEYNES, OS KEYNESIANOS E OS PÓS-KEYNESIANOS

Em uma famosa carta enviada a G. B. Shaw antes da publicação da *Teoria Geral*, Keynes anunciou que seu novo livro revolucionaria a maneira como as pessoas pensavam em problemas econômicos. Segundo Keynes, o pensamento econômico era dominado por premissas ricardianas, tanto na versão ortodoxa quanto no ramo marxista, enfatizando os mecanismos de alocação e distribuição, mas ignorando a questão da determinação do nível de emprego e de renda agregada. A Teoria Geral veio libertar o pensamento econômico do jugo ricardiano e pôr a ciência econômica em um novo caminho (CWJMK, vol. XXVIII, p. 42).

Ao ler a avaliação que o próprio Keynes fazia de sua obra naquela época, ninguém pode duvidar de que ele a encarava como o marco de um novo começo para a ciência econômica. Na *Teoria Geral*, ele comparou a economia ortodoxa com a geometria euclidiana tentando lidar com um mundo não euclidiano. A imagem reflete com muita precisão a visão de Keynes. Acreditava-se que a economia clássica fosse uma superestrutura logicamente sólida e coerente erguida

sobre uma fundação inadequada.¹ Assim, era necessária uma ruptura um tanto radical com a ortodoxia para permitir que uma nova ciência econômica se desenvolvesse. Nas palavras de Keynes, “Nossa crítica da teoria econômica clássica aceita se consistiu tanto na identificação de falhas lógicas em sua análise quanto na observação de que suas premissas tácitas raramente ou nunca se verificam, do que resulta sua incapacidade de solucionar os problemas econômicos do mundo real” (KEYNES, 1964, p. 378).²

As esperanças de Keynes certamente se frustraram. A *Teoria Geral* encontrou forte reação dos círculos conservadores e recepção entusiasmada por um pequeno grupo de jovens economistas, mas, de modo geral, pareceu gerar principalmente perplexidade entre os acadêmicos, que tiveram grande dificuldade para determinar qual, exatamente, era o ponto da obra.³ É notável, por exemplo, que um autor tão bem informado quanto Harrod, que participou das discussões em torno da preparação da *Teoria Geral*, tenha sido advertido por Keynes ao resenhar a obra por não ter mencionado a propensão a consumir, que Keynes considerava um dos principais e mais inovadores conceitos que tinha a oferecer (CWJMK, vol. XIV, p. 84-86).

Tornou-se lugar-comum em economia afirmar que a *Teoria Geral* não faz justiça às qualidades de Keynes enquanto escritor, que o livro é obscuro e por vezes contraditório, e assim por diante. Como se dá com a maioria dos luga-

1 É bem sabido que Keynes usou a expressão “economia clássica” de maneira algo confusa, agrupando autores como Ricardo, Mill, Marshall e Pigou e tomando os dois últimos autores como representantes dessa abordagem. “Economia neoclássica” era um termo restrito a autores revisionistas, como Wicksell e seus seguidores. Para evitar anacronismos e manter a coerência com as citações que faremos das obras do próprio Keynes, adotaremos seu uso do rótulo “economia clássica”, em referência à análise neoclássica moderna, restringindo a “economia política clássica” à abordagem smith-ricardo-marxiana.

2 No breve primeiro capítulo da *Teoria Geral*, Keynes não negou que a teoria clássica poderia ser aplicável a determinados casos, mas alertou: “Sustentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam a um caso especial e não ao caso geral, sendo a situação que presume um ponto limite das possíveis situações de equilíbrio. Contudo, as características do caso especial que a teoria clássica presume não são as da sociedade econômica em que realmente vivemos, com o resultado de que seus ensinamentos são enganosos e desastrosos se tentarmos aplicá-los aos fatos experimentados” (KEYNES, 1964, p. 3).

3 Keynes na verdade parecia algo preparado para uma recepção morna daqueles treinados na tradição clássica, que flutuariam entre “uma crença em que estou completamente equivocado a uma crença em que não estou dizendo nada de novo” (KEYNES, 1964, p. V). Ou, como Minsky posteriormente escreveu, entre jogar que o que era novo não era correto e o que era correto não era novo.

res-comuns, esses comentários somente em parte são verdadeiros. A imagem é perpetuada principalmente por quem a usa como desculpa para não dedicar o esforço necessário para compreender uma obra tão original e profunda quanto a *Teoria Geral*. Vemos a mesma observação usada repetidamente em relação a praticamente todos os livros que marcaram época.

Seja lá como for, reconhecer ideias revolucionárias é sempre difícil, e a *Teoria Geral* não ajuda nesse sentido. Como está bem documentado nos volumes 13 e 29 das *Obras Completas* de Keynes, a mensagem revolucionária está camuflada na versão definitiva publicada, em cujo segundo capítulo Keynes usou sua crítica à lei de Say em lugar da discussão originalmente pretendida sobre paradigmas econômicos, a economia cooperativa frente a economia monetária ou empresarial, que deveria estar no capítulo inaugural do livro. As frequentes observações de Keynes no sentido de que a economia clássica estava correta “nos próprios termos”, juntamente da sua ênfase nem sempre consistente naquilo que constituiria a verdadeira inovação da Teoria Geral,⁴ confundiram muitos leitores e os levaram a subestimar sua ruptura com a ortodoxia.

Nesse contexto, não deveria surpreender que o artigo de Hicks de 1937, *Mr Keynes and the Classics. A Suggested Interpretation*, tenha moldado com tanto sucesso aquilo que o público entenderia como o núcleo da *Teoria Geral*. Alegando que os argumentos não eram apresentados na obra de maneira a permitir comparação adequada entre as ideias de Keynes e a dos clássicos, Hicks se pôs a fazer aquilo que ele modestamente considerava nada mais que uma sistematização dos

4 Compare-se, por exemplo, o prefácio da edição francesa da *Teoria Geral*, em que a propensão a consumir e o multiplicador são apresentados como a inovação essencial do livro, e o famoso artigo *Teoria Geral do Emprego*, em que, apesar de não negar a relevância da propensão a consumir, a ênfase claramente se desloca para os conceitos de incerteza e suas implicações para decisões de acumular riqueza. Embora se possa dizer (corretamente, em minha opinião) que os dois elementos são essenciais para a criação de um novo paradigma para a ciência econômica, a maioria dos leitores de Keynes parece ter sentido a necessidade de optar por uma das duas ênfases, levando a interpretações radicalmente diferentes daquilo a que se refere a economia keynesiana. Compare-se, por exemplo, Garegnani (1978/9) e Shackle (1967). Sustentaremos, adiante, que, em certa medida, trata-se de uma falsa oposição enraizada nas tentativas daquelas escolas de ler Keynes segundo outras escolas ou formas de pensar, como a abordagem ricardiana ou a austríaca. Sugerimos, por outro lado, que ao aceitar a afirmação de Keynes de ter lançado as bases para um paradigma alternativo (o da “economia monetária de produção”), somos levados a afirmar que não devemos procurar por argumentos inovadores isolados (embora os haja em abundância), mas por uma nova “visão” (no sentido schumpeteriano), segundo a qual se articulam esses novos conceitos. O ponto será mais bem desenvolvido no próximo capítulo.

dois modelos que permitisse que fossem diretamente confrontados. A crítica de Hicks era a de que Keynes atacava os clássicos por sua visão do mercado de trabalho e tentava sobrepor-se a eles com uma nova teoria da moeda.

Dotado de uma poderosa mente lógica, Hicks conseguiu demonstrar que os modelos poderiam ser representados como variantes de uma mesma estrutura básica que poria Keynes em confronto direto com os clássicos. Os modelos, é claro, são bem conhecidos. Levaram à construção das famosas curvas IS/LM, que constituíam (e em grande medida ainda constituem) o senso comum da macroeconomia moderna. De acordo com Hicks, poderíamos identificar no debate três modelos:⁵

I	II	III
$I = S(i, Y)$	$I = S(Y)$	$I = S(Y)$
$I = I(i)$	$I = I(i)$	$I = I(i)$
$M = kY$	$M = L(i)$	$M = L(i, Y)$

onde I é o investimento, S é a poupança, Y é a renda, i é “a” taxa de juros e M é (a demanda igual à oferta de) moeda.

Hicks chama o modelo I de “clássico”, o II de “keynesiano especial” e o III de “keynesiano”. As duas primeiras equações dos três modelos nos dão a curva IS, e a terceira define a curva LM. Os modelos, na verdade, trazem duas equações independentes em duas variáveis endógenas, i e Y , permitindo encontrar solução simultânea para o equilíbrio nos mercados de bens e no mercado monetário.

Segundo a forma como Hicks define os modelos, as diferenças entre os modelos I e II estão na função de poupança e na demanda por moeda. Hicks subestima a primeira e enfatiza a segunda, que confronta a Equação Quantitativa de Cambridge com a Preferência pela Liquidez de Keynes. Contudo, argumenta Hicks, mesmo essa diferença não é tão importante quanto pode parecer à primeira vista, porque, muito embora Keynes enfatize o papel das taxas de juros na determinação da demanda por moeda (por meio do motivo da especulação de demanda por moeda), quando se considera a demanda transacional por moeda de Keynes, o modelo a ser utilizado não é o II, mas o III, o que representa, con-

⁵ Não estou utilizando a notação original e recorro, em vez disso, aos símbolos mais comumente empregados hoje em dia.

forme Hicks, “um grande passo atrás em direção à ortodoxia marshalliana”, fazendo com que “sua teoria (...) seja difícil de distinguir das teorias marshallianas revistas e qualificadas (...)” (HICKS, 1967, p. 134).⁶

Se as diferentes funções de poupança não forem consideradas e se, como Hicks corretamente observou, a introdução das taxas de juros na equação de demanda por moeda não contradiz os fundamentos da Teoria Quantitativa (como demonstraram artigos como os de Friedman (1956), Tobin (1956) ou Baumol (1952), a única diferença que pode restar entre Keynes e os clássicos tem a ver com os parâmetros tidos como prováveis para as equações. A esse respeito, se indica que Keynes levantou a possibilidade de que a demanda por moeda se tornasse infinitamente elástica em algum nível muito baixo de taxas de juros, a chamada armadilha de liquidez, uma ideia desconhecida para os economistas clássicos. Mas tal situação só tem probabilidade de se verificar durante uma depressão. Assim, a revolução de Keynes efetivamente se limita a enfatizar a possibilidade de que as taxas de juros podem se tornar rígidas para baixo durante depressões, o que traz a implicação de que políticas que dependam da flexibilidade das taxas de juros não funcionariam sob tais condições, obrigando os formuladores de políticas a recorrer a outros instrumentos, como a política fiscal, por exemplo. A identificação da economia keynesiana com a economia da depressão e com o fiscalismo, marcas daquilo que Samuelson mais tarde veio a chamar de “síntese neoclássica”, teve início com o artigo de Hicks em 1937.⁷

Muito já se discutiu a respeito de até que ponto o modelo IS/LM efetivamente representa o modelo da *Teoria Geral*. O próprio Hicks, em seus anos tardios, participou do debate, recomendando cautela em relação aos muitos usos inadequados que dele se faziam. Chegou a observar a atemporalidade do esquema, assim como sua incapacidade de identificar relações causais graças à sua estrutura baseada no equilíbrio geral. Por outro lado, não se pode ignorar o fato de que Keynes, tendo lido o artigo de Hicks, comentou que “o tinha achado muito interessante e que quase nada tinha a dizer em termos de críticas”

6 A relação entre as ideias de Keynes e as de Marshall é, na verdade, muito complexa. Alguns de seus aspectos serão explorados no próximo capítulo.

7 Isso se refere tanto ao “pessimismo das elasticidades” criticado por Leijonhufvud (1968) quanto a modelos como os de Klein, que presumem que o investimento e a poupança seriam coordenados pela taxa de juros, mas que essa taxa poderia ser negativa, tornando impossível o equilíbrio. (Ver: KLEIN, 1952).

(CWJMK, vol. XIV, p. 79).⁸ Também se pode argumentar que pode não ser uma representação injusta das relações semiformais que Keynes ofereceu no Capítulo 18 da *Teoria Geral*. Nesse capítulo, Keynes sintetiza sua teoria do emprego em três “equações” bem definidas. A primeira é solucionada usando “a” taxa de juros, igualando a oferta de moeda, que é dada exogenamente, e a escala de preferência pela liquidez. A segunda equação nos dá o valor do investimento lido a partir da escala de eficiência marginal do capital quando é dada a taxa de juros. Finalmente, a terceira equação independente é solucionada para a renda total quando o valor do investimento é sabido e combinado com a propensão a consumir. Embora Keynes enfatizasse com clareza as relações causais que vão dos formuladores de políticas aos consumidores, nos é dado um sistema de três equações e três incógnitas (a taxa de juros, o valor do investimento e a renda total) que só podem ser solucionadas simultaneamente. Nesse sentido, o modelo IS/LM é capaz de fornecer uma descrição de um estado de equilíbrio, aqui entendido como um conjunto de valores para as variáveis endógenas que são condizentes uns com os outros, dado o valor das variáveis exógenas. Mas se as relações formais propostas no Capítulo 18 não estão incorretamente representadas por Hicks, seu conteúdo substancial é muito mais problemático. Como demonstrou Kregel (1985, p. 223-227), Keynes criticou a representação que Hicks fez de sua oposição aos clássicos em termos do formato da curva LM. Na verdade, estava em jogo uma questão muito mais fundamental: a natureza não monetária da taxa de juros na economia clássica.

Para nossos fins, há duas críticas principais a fazer em relação ao artigo de Hicks. Primeiro, sua insuficiência em relação ao que se pretende, uma comparação entre as teorias macroeconômicas de Keynes e dos clássicos. O texto se presta muito mais ao contraste da especificação das funções para procedimentos de estimação econométrica do que à discussão teórica. Isso fica claro quando tomamos a escala de investimento nos dois modelos. A teoria clássica do investimento o torna dependente da relação entre trabalho e capital. Como a taxa de juros deve dar o preço do capital (e, portanto, medir sua escassez relativa), o investimento torna-se função das taxas de juros, por refletir a intensidade do emprego do capital. A teoria de Keynes quanto à eficiência marginal do capital

8 Na verdade, Keynes criticou a apresentação de Hicks da função investimento por causa de sua dependência em relação à renda corrente em vez das expectativas. (Ver: CWJMK, vol. XIV, p. 80-81)

nada tem a ver com a intensidade do uso do capital, mas com seu montante, independentemente do montante de trabalho utilizado. A taxa de juros é um fator de desconto, não uma medida de escassez relativa. É um custo de oportunidade no que se refere às colocações financeiras, não ao trabalho. Finalmente, como apontou Keynes, a eficiência marginal do capital apenas coincidiria com sua produtividade marginal em estados estacionários. Um estudo teórico tem a obrigação de debater essas questões. O exame que Hicks fez, contudo — como, aliás, pode ser apropriado a um periódico de econometria como aquele que originalmente publicou o artigo —, se interessa apenas pela variável explicitada nas funções, a taxa de juros, ignorando o que se mantém constante nessas relações, o que é questão de conveniência econométrica, mas não tem relevância teórica.

O principal, contudo, tem a ver com a maneira como Hicks aborda o próprio alcance da *Teoria Geral*. Em seus rascunhos da obra, Keynes insistia (e permanecem alguns remanescentes dessa insistência na versão publicada) que não estava tentando fornecer uma alternativa pontual à teoria clássica, mas, sim, uma alternativa total. É claro que não se pode criticar Hicks por não levar em conta aquilo que, afinal, não chegou a ser publicado. O resultado de se tratar a teoria keynesiana como o fez Hicks, de qualquer forma, foi favorecer a visão de que Keynes na verdade compartilhava das mesmas premissas que a economia ortodoxa, dela divergindo apenas em termos das expectativas quanto ao valor de parâmetros relevantes. Mas esse tipo de abordagem nem toca em problemas teóricos fundamentais. Está implícito em apresentações como a dada anteriormente, em que os modelos I e II são comparáveis e, se o são, compartilham uma estrutura comum.⁹ São, em outras palavras, versões concorrentes de uma mesma teoria fundamental. A pesquisa no sentido dado por Hicks então assumiu duas formas, ambas características da síntese neoclássica. Por um lado, os economistas de inclinação empirista tentavam estimar as relações relevantes, procurando determinar o valor dos parâmetros em debate. Por outro, pesquisadores mais teóricos tentavam desenvolver conceitos propostos na *Teoria Geral*, como a propensão a consumir, a preferência pela liquidez, e assim por diante, dentro do arcabouço econômico ortodoxo. O próprio Hicks, mais uma vez, foi um dos principais colaboradores dessa segunda linha de trabalhos com seu mercedamente famoso *Valor e Capital*, em que desenvolveu modelos de consumo, investimento e de-

⁹ Foi o caso, por exemplo, do debate entre Friedman e Tobin no começo da década de 1970, em que os dois apelaram para o modelo IS/LM. (Ver: FRIEDMAN, 1970, e TOBIN, 1972)

manda por moeda em versões alternativas aos blocos de construção da *Teoria Geral*.¹⁰ A economia keynesiana tornou-se, em sua versão neoclássica, o desenvolvimento daquele programa de pesquisa.

Leijonhufvud (1968) fez referência a um acordo tácito que de certa forma definiu o desenvolvimento da macroeconomia keynesiana *mainstream*. De acordo com esse acordo, economistas empíricos e voltados para a ação reconheciam o fracasso de Keynes em desenvolver uma verdadeira alternativa teórica à teoria econômica clássica, aceitando que Keynes nada fizera além de examinar as consequências da existência de rigidezes e outras imperfeições, algo que a ortodoxia sempre admitira ser possível. Por outro lado, economistas teóricos aceitavam que as rigidezes e imperfeições que Keynes escolhera enfatizar eram importantes para o mundo real e, assim, para a formulação de políticas econômicas.

Se Hicks lançou as bases para a aceitação de Keynes como um economista que se desviava ligeiramente do *mainstream*, o debate sobre o efeito Pigou que ocupou as décadas de 1940 e 1950 representou o encerramento da discussão quanto à possível originalidade teórica das ideias de Keynes. O círculo se fechou quando se pôde demonstrar de maneira satisfatória para a maioria dos participantes no debate que a plena flexibilidade de preços e salários levaria qualquer economia a um estado de pleno emprego. Seria até possível escapar da armadilha de liquidez se os salários e preços monetários ficassem tão baixos, que o efeito riqueza sobre o consumo causasse a necessária recuperação da demanda agregada. A discussão sobre o efeito Pigou na verdade serviu para consagrar o acordo denunciado por Leijonhufvud, uma vez que os principais defensores de sua importância teórica, como Patinkin, também logo reconheceram sua completa irrelevância como orientação para a formulação de políticas. O último bastião dos keynesianos foi a própria arena política, no debate que se deu no final da década de 1970 acerca da curva de Phillips e da taxa natural de desemprego, quando monetaristas de todos os tipos pareceram eliminar qualquer remanescente do conceito de desemprego involuntário.

Parece que a vulnerabilidade desses “acordos” não fora percebida por muitos keynesianos *mainstream*. Na síntese neoclássica, a ortodoxia permanecia com o

¹⁰ A observação de Clower de que a maioria do que se sabe sobre a macroeconomia moderna se deve a Hicks, e não a Keynes, é plenamente justificada. (Ver a introdução de CLOWER a HICKS (1974))

argumento científico, enquanto os keynesianos ficavam com os elementos *ad hoc* das rigidezes e imperfeições, os motivos pelos quais jamais foram efetivamente compreendidos. Quando, na década de 1970, se propôs o debate a respeito dos microfundamentos da macroeconomia em preparação para o ataque dos clássicos contra os keynesianos *mainstream*, estes se viram enormemente desprovidos de argumentos para sustentar seus pontos de vista, tendo de recuar para a aceitação de conceitos profundamente não keynesianos ou até antikeynesianos, como a taxa natural de desemprego, ou para a lista de irracionalidades, como a ilusão monetária e outras assemelhadas.¹¹ Pode-se avaliar a fragilidade da posição keynesiana quando se vê, traduzido em termos teóricos, o acordo político apontado por Leijonhufvud:

Evidentemente, produção e consumo são limitados pelas ofertas de trabalho, bens de capital e outros recursos produtivos. Quase todos os economistas, sejam eles keynesianos, clássicos, ou ecléticos, concordam que, no longo prazo, esses fatores de oferta dão o tom e a demanda se adapta. Eles também concordavam em que os ciclos de negócio de curto prazo seriam principalmente flutuações da demanda; a capacidade de produção da economia como um todo varia lenta e suavemente. (TOBIN, 1987, p. 127)¹²

No próximo capítulo discutiremos a importância do conceito de longo prazo para o debate teórico entre Keynes e a ortodoxia. A esta altura, contudo, basta destacar que a ciência econômica keynesiana *mainstream* se reduziu à coleta de

11 Como exemplo da conversão para conceitos antikeynesianos, poderíamos citar R. I. Gordon. O apelo à irracionalidade se encontra em Modigliani (1983).

12 Ver, também, Tobin (1980, p. 27). Tobin, contudo, pareceu hesitar muito quanto à compatibilidade entre a teoria de Keynes e os modelos de equilíbrio geral. Ver, por exemplo, suas declarações contraditórias em 1987, p. 17 e 41. Seria de se pensar que o próprio Keynes divergia da unanimidade que Tobin mencionou. Com efeito, escreveu ele em 1934: “Disse que [os economistas] se dividem em dois grupos principais. O que cria a cunha que nos divide? De um lado estão aqueles que acreditam que o sistema econômico existente é, no longo prazo, um sistema autoajustável, ainda que estale, ranja e dê trancos, interrompido por lapsos de tempo, interferência externa e enganos (...) Do outro lado estão os que rejeitam a ideia de que o sistema existente seja, em qualquer sentido significativo, autoajustável. Creem que o fracasso da demanda efetiva em atingir a plena potencialidade da oferta, apesar de estar a demanda psicológica humana muito aquém de satisfeita para a maioria das pessoas, se deve a causas muito mais fundamentais” (CWJMK, vol. XIII, p. 486-487). Keynes se referia a este segundo grupo como “hereges”, e acrescentou: “Quanto a mim, cerro fileiras com os hereges” (CWJMK, vol. XIII, p. 489).

rigidezes e imperfeições. Os antigos keynesianos foram acusados por seus críticos clássicos de entregar a teoria ao catálogo de argumentos *ad hoc*. Os neokeynesianos, como os que se reúnem em torno dos debates na Brookings Institution, se atêm ao programa, procurando, contudo, reduzir a arbitrariedade das imperfeições presumidas, em busca de fundamentos microeconômicos para as rigidezes, especialmente em modelos de competição imperfeita.

Não se deve entender, a partir do que foi dito, que esses últimos estudos sejam inúteis. Não são. Muito pelo contrário, são de grande importância, especialmente enquanto descrições organizadas de problemas empíricos. Refiro-me, aqui, à sua insuficiência teórica. Procuram identificar problemas partindo de modelos em que todos os problemas estão resolvidos de antemão. Em modelos como esses, as dificuldades somente serão geradas através da introdução de falhas dos mercados no cumprimento de suas funções. A teoria ortodoxa, entretanto, não dispõe de teorias a respeito de como funcionam os mercados (HAHN, 1984). Ela dispõe de uma teoria a respeito do que realizam quando funcionam bem. É por isso que o mau funcionamento dos mercados somente pode ser considerado nesses modelos de maneira *ad hoc*. Na verdade, a teoria neoclássica não fornece motivos para se saber por que os mercados efetivamente funcionam bem ou não.

Os pós-keynesianos seguem um caminho diferente. Retomam o ponto de partida do próprio Keynes, muito embora possam agora atingir destinos diferentes. O mundo mudou desde o tempo de Keynes, e o pensamento econômico precisou acompanhar essas mudanças. O ponto, contudo, é que Keynes sugeriu uma perspectiva original a partir da qual deveríamos encarar as economias modernas. Ao escrever a *Teoria Geral*, Keynes pensava que os fundamentos — e não a superestrutura — da economia clássica eram inadequados. Ao procurar por novos fundamentos, Keynes tentou definir um novo modelo fundamental da economia a que se referiu, em diferentes ocasiões, como economias monetárias, economias monetárias de produção, economias não neutras, ou economias empresariais. Todos esses rótulos faziam referência a economias de uma natureza diferente daquelas que percebia a ciência econômica clássica, às quais Keynes se referia como economias cooperativas.

É natural que os pós-keynesianos se beneficiem da publicação, em 1973, dos artigos, anotações, correspondência e rascunhos da *Teoria Geral*, nos volumes 13 e 14 das *Obras Completas*, assim como de material adicional publicado em 1979, no volume 29, que confirmou tudo o que fora sugerido nos dois volumes anteriores sobre ter Keynes passado grande parte dos anos cruciais entre 1930 e 1936 em busca das definições necessárias à codificação da nova abordagem. De qualquer forma, grandes contribuições já haviam sido feitas por autores como Kahn, Robinson, Shackle, Weintraub, Davidson, Minsky, Wells e outros, mesmo no nível da produção de livros-texto, como no caso de Dillard (1948). Depois da publicação dos rascunhos, esses autores, juntamente com acadêmicos como Barre, Kregel, Chick e outros, também fizeram importantes contribuições para o desenvolvimento do pensamento pós-keynesiano.

O que vem adiante não tem grandes pretensões de originalidade. Este livro se propõe principalmente como codificação do pensamento pós-keynesiano organizado em torno do conceito da economia monetária, ou empresarial. Robert Solow certa vez observou que acreditava que o pós-keynesianismo era acima de tudo um “estado de espírito”. Essa impressão pode ter sido alimentada pelas apresentações por vezes fragmentadas de alguns autores pós-keynesianos, dedicadas a problemas específicos, cuja compatibilidade com outros problemas atacados por outros autores pós-keynesianos nem sempre é clara. O conceito de economia monetária pode servir como núcleo (no sentido adotado por Garegnani) de uma abordagem pós-keynesiana. O objetivo desta obra é fazer essa demonstração.

EM SUMA

Embora Keynes afirmasse oferecer uma abordagem revolucionária aos problemas econômicos quando publicou a *Teoria Geral*, a maioria dos economistas a interpretou como um apelo para que se desse atenção especial às implicações da presença de determinadas rigidezes e imperfeições na operação de alguns mercados cruciais, como o de trabalho ou o monetário.

O trabalho ao longo de linhas keynesianas realizado por economistas *mainstream* foi orientado pela codificação que Hicks fez dos modelos macroeconômicos tanto keynesiano quanto clássico, e que deixava de lado a alegação de

originalidade daqueles, sugerindo, em vez disso, que as principais diferenças estariam no valor dos parâmetros, e não em aspectos teóricos essenciais.

A teoria keynesiana transformou-se, assim, na identificação de rigidezes e no exame de suas implicações, especialmente no que se refere ao emprego e à renda agregados. A síntese neoclássica representava um acordo por meio do qual as opiniões de Keynes foram absorvidas pela economia clássica, ao mesmo tempo em que suas preocupações com o emprego e a renda no curto prazo eram reconhecidas pela nova ortodoxia.

Desde meados da década de 1960, a macroeconomia keynesiana sofreu ataques de economistas clássicos, representados primeiramente pelos monetaristas friedmanianos, aos quais se seguiu um novo assalto, desta vez feito pelos monetaristas neoclássicos. Ficou demonstrado que a vulnerabilidade da teoria de Keynes jazia na natureza arbitrária de suas premissas quanto ao grau de imperfeição dos mercados. Isso levou os neokeynesianos, herdeiros da síntese neoclássica, a procurar por premissas menos *ad hoc* derivadas de modelos de competição imperfeita.

Os pós-keynesianos, por sua vez, rompem com o *mainstream* ao procurar retomar a rota original de Keynes. A crítica da teoria clássica está ligada aos seus fundamentos, a “visão” que mantém do que seria uma economia moderna. É questão de paradigmas opostos — do confronto entre o conceito de economia empresarial, ou monetária, e o conceito clássico de economia cooperativa, ou, como sugeriu Minsky (1986), o confronto entre o paradigma keynesiano de Wall Street e o neoclássico da feira da aldeia medieval. A noção de economia monetária pode conferir ao pós-keynesianismo um núcleo unificado, que, na opinião de alguns críticos, tem faltado.